

# Perspectivas da Educação Escolar Indígena no Brasil

**Rosilene Cruz de Araujo Tuxá<sup>1</sup>**

## Introdução

Início pontuando que, se os dados quantitativos mostram um déficit em relação às populações negras, quilombolas e outros povos considerados de baixa renda, conforme demonstra a professora Teresa [Gonzaga Alves], os povos indígenas se colocam em situação ainda muito mais vulnerável. Há um descompasso muito grande entre o que orienta a legislação e a oferta da política de educação escolar indígena, seja na educação básica, seja no ensino superior.

Esse descompasso vem justamente do ponto de vista de como as políticas foram ofertadas e pensadas para os povos indígenas. Se formos considerar o perfil de escola que os povos indígenas acessaram por muitos séculos, por muitos anos, essa escola não tinha significado algum. Uma escola de imposição, de anulação de identidade e assimilação; de uma imposição de bilinguismo de transição que não levou a educação escolar dos povos indígenas a lugar algum. A Constituição de 1988 foi um marco importantíssimo para o avanço da educação escolar indígena para os povos indígenas. Isso porque a educação começa a ser pensada com a participação dos povos

---

1 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

indígenas. Assim, a participação dos movimentos sociais, dos distintos povos é de fundamental importância para pensar ações afirmativas.

A participação do sujeito envolvido nas ações afirmativas e nas políticas pensadas, seja ele indígena, negro, quilombola, LGBTQIA+, é fundamental no processo de consolidação dessas políticas. Porque são esses sujeitos, esses lugares de fala que conseguem dizer qual a real necessidade *in loco*. Qual o problema da educação escolar? Por que a educação escolar não chega nos territórios? Quais são as políticas afirmativas que devem chegar para esses povos? Eu costumo dizer que a educação escolar para os povos indígenas é muito nova. Não no seu tempo de acesso, mas do seu significado, apropriação e concepção pelos povos indígenas. Ela se dá pós-Constituição de 1988, quando os indígenas vão assumir as suas próprias escolas. E por que essa educação não dá certo antes da Constituição?

## A trajetória da educação escolar indígena pós-Constituição de 1988

Além desses problemas já colocados, a educação era ofertada em uma língua que as crianças e os jovens não tinham domínio. Então, como se alfabetiza se o sujeito é falante de uma língua e o ensino se dá em outra? Como alguém é alfabetizado em uma língua que não tem domínio? Ou seja, a escola não tinha significado político nenhum. Quando os indígenas assumem a escola como professores, após a Constituição, nos deparamos com um problema muito grande: a formação. Se não tinha escola, não tinha formação. E os jovens indígenas assumem a escola com o perfil político, porque as lideranças tradicionais depositam a confiança nesses jovens. E diz: “toma, que o filho é de vocês, a gente confia e vocês vão fazer essa escola acontecer de fato, mas ela vai acontecer do nosso jeito”.

Uma educação que pensa intraculturalidade, a valorização das culturas internas, a interculturalidade, a relação com outras culturas, que valorize as línguas indígenas, que tenha um processo de alfabetização a partir das línguas indígenas: os professores e as lideranças indígenas vão

pautar isso muito bem na Constituição e conseguem garantir esse marco. Conseguem garantir que, de fato, a escola pensada com os povos indígenas vai ter uma legislação específica para dar conta desse novo pensar de uma educação escolar. E é nesse âmbito, com esse desafio que os jovens indígenas assumem as escolas.

Então, ao mesmo tempo que esses jovens assumem a escola indígena como professores, assumem também o seu compromisso de se qualificar sendo estudantes com formação em serviço. É essa qualificação que garantirá o fluxo contínuo da oferta da educação básica nos territórios indígenas, dando conta principalmente da oferta do ensino fundamental anos finais e ensino médio. E depois de tanto tempo de promulgação da Constituição, a gente percebe que esse ainda é um desafio muito grande, pois o Estado Brasileiro, por meio dos entes federados, conseguiu avançar na oferta do ensino fundamental anos iniciais e não conseguiu avançar na oferta do ensino fundamental anos finais e ensino médio, causando um afunilamento na matrícula da educação básica dos povos indígenas.

Existe um número muito grande de escolas indígenas que não conseguem ofertar o ensino fundamental anos finais e ensino médio. Isso porque a política de formação inicial em nível de graduação – licenciaturas e pedagogias interculturais – não chegou para todos os professores indígenas ou para aqueles que pretendem ser professores ou professoras. Em abril de 2023, assumi a Coordenação Geral de Políticas Educacionais Indígenas na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi / Ministério da Educação-MEC) e percebi o quanto as coisas ainda estão por fazer. Estudantes que não continuaram com seus estudos porque não existe a oferta do ensino fundamental anos finais e ensino médio em seus respectivos territórios.

O que fazer para que essas políticas de fato cheguem na ponta? Entre o ensino fundamental, o ensino médio e a graduação ainda há um descompasso muito grande, dependendo da região brasileira. É claro que há regiões brasileiras que avançaram significativamente com as políticas de oferta da educação básica à população indígena, mas o ensino superior, a

pós-graduação ainda são um sonho para muitos povos indígenas. Nós precisamos de ações afirmativas sérias e céleres, que deem conta dessas políticas e que realmente sejam pensadas com a participação desses sujeitos.

Pensar as experiências das distintas sociedades do mundo, tão próprias e tão específicas aos seus contextos regionais, globais. Isso vem subsidiar os percursos e caminhos aos novos enfrentamentos que se apresentam com a política de acesso e de permanência de indígenas no ensino superior e na pós-graduação. É preciso pensá-las em conjunto. É preciso pensar políticas com interfaces, com relações institucionais. É preciso pensar em uma política em rede, atendendo a ampla diversidade que são os territórios indígenas.

Em territórios como os dos povos Yanomami e Ye'kwana, a educação básica na sua integridade ainda está por acontecer e o ensino superior ainda é um sonho para muitos dos povos indígenas no Brasil. Como se pode ver, as dificuldades ainda são imensas. Então, as políticas de acesso e permanência para a educação básica também são uma necessidade grande para muitas regiões indígenas do país.

É importante considerar que as políticas públicas de atendimento aos indígenas, em especial o sistema de cotas para acesso ao ensino superior, seguem os pressupostos das ações afirmativas direcionadas à população negra no Brasil. Foram inspiradas nos modelos implantados em países com uma trajetória histórica tão ou mais racista e preconceituosa quanto o Brasil, a exemplo dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália e Nova Zelândia. Dessa forma, essas políticas objetivam promover o que Kabengele Munanga chamou, em 2001, de “tratamento diferenciado”<sup>2</sup> para compensar as desvantagens devido à situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Em 2001, Munanga já dizia isso.

---

2 Ver: MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, jul/dez 2001, p. 31-43.

Nós estamos em 2023 e as políticas de ações afirmativas avançam muito lentamente, a partir da lei de cotas de 2012. Em seus decretos subsequentes, instituições públicas nacionais experimentaram dar oportunidades aos grupos historicamente desfavorecidos, como os indígenas, por exemplo, para dirimir as desigualdades social, cultural e econômica que marcam o país. Vale ressaltar que, antes da lei de cotas de 2012, instituições de ensino superior, instituições estaduais, em parceria com a FUNAI e órgãos não governamentais, já pensavam experiências para ofertar licenciaturas interculturais e ensino médio interculturais para populações indígenas, porque já entendiam que essa era uma situação emergencial, para que se pudesse dar vazão e continuidade à educação básica nas comunidades indígenas.

Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais no Brasil tem sido de grande importância, sobretudo no campo da luta pela consolidação e garantia de direitos civis, políticos, culturais e sociais. É preciso pensar política com esses povos, porque são eles os detentores dos conhecimentos, das realidades e das dificuldades que passam em seus territórios. As ações afirmativas se originam da ação de movimentos sociais e são uma resposta às exigências feitas por diversos grupos, a exemplo dos indígenas, dos quilombolas, dos negros e tantos outros grupos.

Tais coletividades têm lutado por direitos que historicamente foram negados e pelo reconhecimento de suas especificidades em todo grupo social. Então, o acesso e a permanência desses povos indígenas no ensino superior e na pós-graduação ainda são grandes desafios a enfrentar cotidianamente. Sem políticas específicas por permanências não se garante o sucesso dos estudantes indígenas. É preciso pensar em políticas céleres e contínuas de permanência, pois somente o acesso não é o suficiente para o sucesso desses egressos.

## Políticas de Ações Afirmativas: avanços, limitações e necessidades para o ensino superior

Durante o *Acampamento Terra Livre*, realizado em abril de 2023, os estudantes indígenas foram ao Ministério da Educação reivindicar a política de permanência no ensino superior. Foi aí que percebemos o quanto tais políticas ainda são frágeis e não conseguiram acompanhar o fluxo das demandas. Foi nesse íterim que o MEC, a partir de sua Secretaria de Ensino Superior (SESU), em interface com a Secadi, se posicionou de forma contundente a aprimorar o Programa de Bolsa Permanência (PBP), com o aumento dos valores e garantia do fluxo contínuo dessa política, bem como a fortalecer e buscar universalizar a demanda, com atendimento para todos os estudantes indígenas e quilombola no ensino superior das instituições públicas federais brasileiras. No entanto, ainda há uma demanda muito grande de estudantes indígenas e quilombolas, nas universidades brasileiras, sem acesso ao PBP.

Nos últimos seis anos do Governo Brasileiro, a ausência de uma política de permanência séria, que acompanhasse o ingresso e a permanência dos estudantes indígenas nas instituições de ensino superior, causou dificuldades e, conseqüentemente, evasão desses estudantes. Sabemos o quanto é dolorosa a luta pela permanência por partes dos estudantes. Hoje nós temos um número de quase 12 mil estudantes sendo atendidos pelo Programa de Bolsa Permanência nas universidades públicas e um número significativo na fila de espera.

Quando a SESU/MEC assume a responsabilidade de universalizar a política do PBP, estamos assumindo o compromisso de minimizar as dificuldades pelas quais passam esses estudantes quando não conseguem se manter na universidade. A questão psicológica é um fator agravante entre esses estudantes. Compensar essas políticas públicas é urgente para esses sujeitos e o novo cenário que se consolida e que precisa ser constantemente estudado e analisado é, sobretudo, o caráter complexo das ações afirmativas no que diz respeito à sua implementação efetiva e ao reconhecimento de

sua legitimidade, além das controvérsias que suscitam e justificam a realização constante de novos estudos.

Hoje temos, no Brasil, uma experiência ampliada no campo das políticas de ações afirmativas, que se referem à reserva de vaga para estudantes negros, trabalhadores, indígenas, quilombolas, entre outros, mas ainda se tem muito que avançar. Seja no campo do acesso ao ensino superior público ou privado garantido por lei ou no sentido de permanência desses estudantes, o atual cenário de avanços e limites no campo das ações afirmativas precisa ser avaliado para melhor qualificar tais políticas. Para tanto, o papel protagonista dos movimentos no processo de implementação, consolidação e manutenção dessas políticas é de fundamental importância.

O acompanhamento da implementação de políticas de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas universidades tem ressaltado as dificuldades presentes nos processos de acesso e permanência desses estudantes nas unidades acadêmicas. Cabe aqui um estudo reflexivo para subsidiar a melhoria das políticas específicas, sejam elas para indígenas, quilombolas, negros, LGBT, ciganos e todos que necessitam de políticas específicas para acessar a universidade. Encontros como este são importantes, pois desencadeiam pressões para implementação de medidas reparatórias historicamente negadas.

Por exemplo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tinha como objetivo a reestruturação das instituições de ensino superior, com combate à desigualdade social no Brasil. Lembro, no momento de adesão pelas universidades, em 2007, de uma fala de um gestor de universidade, dizendo que não ia aderir porque estaria gerando mais desigualdade, na tentativa de explicar que o REUNI não chegaria para todos que necessitavam, de fato, da política do REUNI. Mas o fato de não aderir à política gerava ainda mais desigualdades. Enquanto isso, os estudantes indígenas, na frente da universidade, lutavam pela adesão ao REUNI porque estavam passando fome e sem perspectiva de moradia, de permanência nas capitais. Naquela época, não existia política de ação afirmativa de permanência consolidada. Hoje, políticas de acesso

e permanência de estudantes indígenas e quilombolas caminham para a universalização.

Em 2007, tudo era ainda muito inicial, muito incipiente. Os estudantes sequer acessavam a universidade, porque ela era um campo muito distante. Nesse contexto de construção de ações afirmativas para os povos indígenas, a ausência desses povos é marcada. Em várias universidades, a decisão acerca da implantação das ações afirmativas aconteceu por meio de um debate exterior aos povos indígenas, não levando em consideração a autonomia deles em suas demandas específicas para a construção de políticas públicas para o ensino superior.

Muitos indígenas se apropriam da invisibilização como estratégia e resistência dentro da universidade. Esse é outro problema grave. Talvez se manter no campo da invisibilidade é muito mais confortável do que dar visibilidade, do que passar por situações constrangedoras. É preciso descolonizar os currículos, descolonizar a universidade, mudar a cultura da universidade, como bem dizia Miguel Arroyo. Ele, quando era consultor técnico da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, ouvia as minhas lamentações sobre o acesso à educação básica e dizia: “se todos nós pensássemos educação como os povos indígenas pensam, a educação no Brasil tinha jeito. É uma educação comunitária, uma educação que pensa, que reflete as realidades *in loco*”. Esse é o modelo que precisa ser pensado e refletido. É preciso pensar com esse sujeito os modelos de educação e não propor programas sem refletir. As realidades são diversas; todos os programas macro precisam pensar nas diversidades.

Pensar a presença indígena na universidade: o que isso significa para a universidade? O que isso significa para o estudante indígena? Qual é a sua responsabilidade com o seu povo? Para a sua comunidade? Quais têm sido as realidades vividas por esse estudante? Quais realidades vividas na política de cotas têm alterado o perfil dos profissionais que temos na universidade? Qual é o perfil do profissional que nós temos na universidade que estão nesse processo de implementação dessas políticas? Essa é uma reflexão a ser feita também porque temos avançado. O que temos de avançar

a partir de agora? Como aperfeiçoar as ações afirmativas conhecendo um pouco mais as realidades que existem no Brasil?

Esses estudantes encaram os estudos como ato político. Esse é um desafio. É importante estar nos espaços de poder, espaços de escuta, espaços de governança, espaços de decisões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, dentre tantos outros espaços que definem sobre os povos indígenas, os povos quilombolas e todos os outros que precisam de políticas específicas. Essas trajetórias são interrompidas, pois há um número muito grande de evasão dos estudos por esses sujeitos.

O fato de não ter oferta suficiente de ensino fundamental e de ensino médio nas comunidades indígenas leva um número muito grande de estudantes para fora dos seus territórios. Vão acessar o ensino médio em cidades mais próximas, culminando em grande quantidade de desistência e evasão, porque a relação com esses outros mundos ainda é um desafio a ser enfrentado fora dos territórios indígenas. Para além desse distanciamento entre as modalidades da educação básica, há um distanciamento muito grande entre a educação básica e o ensino superior e ainda maior nas pós-graduações.

Após o ano de 2012, com o sistema de cotas, há um aumento significativo de estudantes indígenas no ensino superior. Quantos professores indígenas hoje são professores nas universidades? Um pouco mais de uma dúzia, talvez? Ainda é muito pouco. Nós precisamos acessar as universidades. A luta dos estudantes indígenas hoje é pela criação de uma universidade indígena. Que modelo de universidade queremos? Vamos refletir juntos. Pode ser pensada com políticas de formação para dar conta da ampliação da educação básica dos territórios. Mas talvez seja um desafio ainda maior pensar na dicotomia universidade indígena x universidade não indígena, onde precisamos estar inseridos também. Então, como pensar esse modelo de universidade? Ela é emergencial? Ela é providencial? Ela é providencial para dar continuidade à educação básica. Se não, nós vamos continuar com esse problema de ter um distanciamento muito grande do ensino

fundamental, do ensino médio e do ensino superior, porque não tem oferta contínua.

Isso é inadmissível pós-Constituição de 1988. Pensar em políticas específicas para dar conta da educação básica nos territórios indígenas ainda é um desafio muito grande. Mas tem algo bom que vem acontecendo dentro das políticas de ações afirmativas, que é a descolonização desses espaços: mudar a cultura das universidades, mudar a cultura das escolas. Os estudantes indígenas, principalmente no campo da pós-graduação e da graduação das grandes universidades, têm feito um pouco esse caminho de descolonizar, de trazer questões problematizadoras para refletir esse modelo de educação que, desde o princípio, não foi pensada para a diversidade do Brasil. Ela foi pensada para uma elite, uma pequena elite, e segue com esse perfil até os nossos dias.

Nós temos muito desse processo de implantação de uma educação colonizadora lá atrás, que não foi pensada com a diversidade. Então, refletir sobre todos esses processos é fundamental para sair desse estado em que nos encontramos de não ter sequer acesso à educação básica, muito menos ao ensino superior. Por fim, quero reforçar que esses espaços são providenciais para refletir e poder contribuir com a melhoria das políticas educacionais. Obrigada!